

CLÁUDIA REGINA VIEIRA LIMA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TERCEIRA IDADE NO DISTRITO FEDERAL:

Instituições de Longa Permanência & Centros de Convivência

**Projeto de pesquisa apresentado ao
Programa de Pós-Graduação do
Cefor como parte das exigências do
Curso de Especialização em
Legislativo e Políticas Públicas**

**Brasília
2010**

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Políticas Públicas para a Terceira Idade no Brasil: Análise dos Centros de Convivência e Instituições de Longa Permanência para Idosos no Distrito Federal

Autora: Cláudia Regina Vieira Lima

Instituição: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR

Data: Abril de 2010

Orientador:

Resumo: O aumento da longevidade no Brasil tem trazido diversas questões para a gestão das políticas públicas, dentre as quais o aumento da demanda por Instituições de Longa Permanência e Centros de Convivência para Idosos. Esses locais surgiram com o objetivo de prestar assistência à população envelhecida, porém com objetivos distintos: enquanto as ILPs atendem pessoas em situação de pobreza, com problemas de saúde e sem suporte familiar ou econômico, os Centros de Convivência constituem-se em espaços de sociabilização gratuitos, para trocas de experiências e lazer para a terceira idade, apresentando propostas de envelhecimento autônomo, com qualidade de vida e dignidade, principalmente para os idosos asilados. Atualmente, os determinantes dessas instituições têm sido mais conhecidos por meio de estudos sobre o perfil do público atendido, além das características, necessidades e experiências, exitosas ou não, dessas instituições. Nesse contexto, a presente pesquisa se propõe analisar a realidade vivenciada pela clientela que utiliza esses espaços no Distrito Federal, suas expectativas, dificuldades e necessidades, contribuindo para a ampliação do debate sobre o envelhecimento no Distrito Federal.

2. APRESENTAÇÃO

Este Projeto foi elaborado, após assistir à palestra realizada pela Gestora do Programa de Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, senhora Luzia Machado, que expôs

de forma clara e ao mesmo tempo apaixonada, a problemática da terceira idade no Brasil. A citada exposição apresentou ainda muitos mitos e preconceitos arraigados na sociedade, passados de geração para geração e, que precisam ser desfeitos em relação ao processo de envelhecimento, geralmente associado à deterioração do corpo, à perda da vitalidade, beleza e saúde. Apresentou também, a problemática da convivência família x idoso, as mudanças ocorridas junto à sociedade que ensejaram novas formas de relacionamento, o que muitas vezes culmina com a internação das pessoas de terceira idade por seus familiares, ou por opção própria, em instituições de longa permanência. Ressaltou ainda a palestrante a importância da elaboração de políticas que busquem o bem-estar da pessoa idosa, com novas possibilidades de participação social e acesso a serviços de lazer, papel que vem sendo desempenhado pelos Centros de Convivência.

No Distrito Federal, o Conselho dos Direitos do Idoso efetuou o levantamento de 18 (dezoito) ILPs, distribuídas entre Brasília, Lago Norte e Cidades Satélites, com realidades sócio-econômicas distintas, e 7(sete) Centros de Convivência. Dessa forma, pretende-se analisar essas instituições, comparativamente, identificando as características que afetam positiva ou negativamente a qualidade de vida dos idosos por elas atendidos.

Palavras-chave: Idosos, Brasil, Distrito Federal, ILPs, Centros de Convivência, Família, Sociedade .

3. PROBLEMA

O Brasil está envelhecendo muito depressa. A pirâmide populacional que há cerca de cinco décadas mostrava muitas crianças nascendo e poucas pessoas envelhecendo, hoje retrata um significativo declínio de nascimentos e um expressivo aumento de pessoas que ultrapassam a faixa dos 60 anos. No Brasil, a expectativa de vida das mulheres que vivem mais do que os homens gira em torno dos 70 anos de idade. Longevidade, porém, não é sinônimo de envelhecimento saudável. Com o aumento da expectativa de vida, a proporção de anos com desvantagens socioeconômicas, doenças crônico-degenerativas e incapacidades também aumenta. Ademais, essa massa está concentrada nos grandes centros urbanos, onde ainda é muito precária a rede de serviços

ofertados à população que está envelhecendo ou envelhecida e, os grupos familiares experimentam várias alterações e se reorganizam, na maioria das vezes, na tentativa de sobreviver. A família brasileira tem se modificado substancialmente com a modernização da sociedade. A inserção da mulher no mercado de trabalho, a adoção de métodos de contracepção, a redução do núcleo familiar e a escassez de tempo da sociedade contemporânea modificaram também a relação de cuidado com os familiares idosos. A mulher, reconhecida culturalmente como a que cuida, enfrenta hoje dificuldades para conciliar papéis tão distintos e assumir esta função, em detrimento de seus outros compromissos. Somadas a essas alterações sociais, a falta de alternativas para as famílias manterem seus idosos em casa e o aumento de pessoas de terceira idade sem referência familiar estão se transformando em um grave problema social, aumentando a demanda por Instituições de Longa Permanência (ILPs). Uma outra questão relevante são as diversas faixas de envelhecimento populacional, observando-se que, a que apresenta maior crescimento é a população idosa de 80 anos ou mais, ou seja, a que mais necessita de cuidados e opções de socialização.

O trabalho busca então responder às seguintes questões:

- Qual a importância das ILPs e dos Centros de Convivência de Idosos para a população envelhecida do Distrito Federal?
- Qual o perfil das ILPs do Distrito Federal?
- Qual o perfil dos Centros de Convivência de Idosos no Distrito Federal?
- Qual o perfil dos idosos atendidos por essas instituições (faixa etária, condição sócio-econômica, grau de escolaridade);
- Qual o grau de satisfação e/ou insatisfação dos idosos atendidos por essas instituições ?
- De que forma a legislação específica para a terceira idade, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) contribui para um atendimento condigno dos idosos nessas instituições?

4. OBJETIVOS

GERAL

Demonstrar a importância das ILPs e dos Centros de Convivência para Idosos numa sociedade que enfrenta mudanças estruturais, onde as famílias têm encontrado sérias dificuldades para desempenhar funções que tradicionalmente lhe foram atribuídas, entre elas, o cuidados com os idosos.

ESPECÍFICOS:

- Refletir sobre o papel das ILPs no Distrito Federal, do ponto de vista social, econômico e familiar;
- Demonstrar o crescimento da institucionalização de idosos como consequência do envelhecimento populacional e das mudanças estruturais por que passa a nossa sociedade;
- Demonstrar a importância dos Centros de Convivências para Idosos enquanto espaços legítimos, inserido no âmbito das políticas sociais, numa perspectiva de promoção do envelhecimento ativo e ampliação da participação social;
- Analisar as atividades culturais e/ou de lazer, proporcionadas por essas instituições, com vistas a maior autonomia dos idosos assistidos;

5. JUSTIFICATIVA

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que levanta questões a serem equacionadas pela sociedade e pelos formuladores de políticas públicas. Estima-se que em 2050 haja dois bilhões de idosos no planeta, 80% nos países em desenvolvimento. A população de 80 anos ou mais é a que mais cresce e poderá passar dos atuais 11% para 19% em 2050. A população brasileira está envelhecendo e, rapidamente. Segundo Veras (2003), o número de idosos no País passou de 2 milhões, em 1950, para 6 milhões, em 1975, alcançando a marca de 15,4 milhões em 2002, observando, ainda, que no início do século XX, o brasileiro vivia em média 33 anos, e,

nos nossos dias, a expectativa de vida passou para 68,6 anos . Na próxima década, a população idosa brasileira alcançará o expressivo número de 32 milhões.

Nesse contexto, são inúmeros os desafios para uma sociedade que já experimenta profundas modificações no seu cotidiano: globalização, metrópoles superpovoadas, trânsito caótico, alterações bruscas no clima do planeta, grandes avanços científicos e tecnológicos, crises econômicas globalizadas, epidemias causados por vírus cada vez mais resistentes aos medicamentos existentes. Essa conjuntura exige dos governos e da sociedade civil organizada mudanças estruturais e comportamentais no trato com a terceira idade, tanto na esfera pública quanto na esfera privada , haja vista o aumento de situações surgidas dessa realidade demográfica, a saber: maior número de aposentados e aposentadorias mais longas, o que segundo alguns estudiosos gera déficit na Previdência Social, maior demanda por serviços médicos, adaptação das famílias no trato com pessoas que ultrapassam os 80 anos de idade, na tentativa de minimizar o chamado choque de gerações (bisavô x bisneto; avô x neto; pai idoso x filho) .

Esta pesquisa justifica-se, então, pelos seguintes motivos:

- As transformações histórico-culturais que marcaram a segunda metade do século XX, repercutiram no trato com a pessoa idosa;
- A escassez de alternativas para as famílias manterem seus idosos em casa, que elevou consideravelmente a demanda por ILPs ;
- A defesa do Centro de Convivência, como alternativa ao asilamento e/ou isolamento social e sua especificidade numa instituição asilar, perpassando três eixos principais que se relacionam: lazer, participação social e intercâmbio geracional.
- A pertinência das políticas públicas sob a ótica do envelhecimento ativo proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e sob a ótica dos direitos da pessoa idosa, elencados no Estatuto do Idoso;
- A importância de expor em um trabalho acadêmico as demandas ocasionadas pelo inexorável processo de envelhecimento populacional;

6. METODOLOGIA:

- Levantamento bibliográfico;
- Consultas a sítios do IBGE, IPEA, OMS. Ministério da Saúde, Governo do Distrito Federal;
- Levantamento junto ao Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal das ILPs e dos Centros de Convivência do Idoso existentes e em atividade no DF;
- Visitas a ILPs e Centros de Convivência no DF;
- Leitura da legislação brasileira e distrital relativa à terceira idade.

7. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERÍODO
Pesquisa e seleção de material bibliográfico e audiovisual: Livros, artigos de revistas, estudos, ensaios, documentários relacionados ao tema	Março, Abril ,Maio de 2010
Entrega do projeto de pesquisa	Abril de 2010(refeito em junho de 2010)
Leitura do material bibliográfico coletado e análise dos documentários levantados	Maio-Agosto de 2010
Início do trabalho escrito	Julho de 2010
Encontros com orientador	Agosto-Novembro de 2010
Marcação da defesa da monografia	Novembro de 2010
Defesa da monografia	Dezembro de 2010

8. BIBLIOGRAFIA

A TERCEIRA IDADE. Publicação técnica editada pelo Serviço Social do Comércio. Ano X, n.13, Abril de 1998.

_____ Publicação técnica editada pelo Serviço Social do Comércio. Volume 17,n. 36, Junho de 2006.

CARVALHO, JAM, Garcia RA. **O Envelhecimento da população Brasileira: um enfoque demográfico.** Cadernos de Saúde Publica. 2003.

_____. **A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade da século XXI.** Caderno de Saúde Publica. n.. 2 2008.

CENAS BRASILEIRAS: Depósito de velhos.Revista IstoÉ.n.1286,maio de 1994.

CHAIMOWICZ, F. **A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas.** Revista Saúde Publica. 1997.

VERAS, Ramos; LR, Kalache A. **Crescimento da população idosa no Brasil: transformação e conseqüências na sociedade.** Revista Saúde Publica.1987.

IDOSOS NO BRASIL: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. Néri, Anita Liberalesso (org.). Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, São Paulo. 2007;

BRAGA, Pérola Melissa V. **Direitos do idoso.** Ed. Quartier Latin, São Paulo,2005;

CONSELHO DOS DIREITOS DO IDOSO . **Idoso: Informações sobre os direitos, políticas públicas e guia de serviços e benefícios sociais .**Brasília, 2009.

CARAVANA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **V Caravana Nacional de Direitos Humanos: uma amostra da realidade dos abrigos e asilos de idosos no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

10. SITES CONSULTADOS

Agência brasil.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA

Ministério da Saúde/ Programa Nacional de Saúde do Idoso;
Organização Mundial da Saúde - OMS